

PENSAR, SENTIR E PRODUZIR: AS CONSTRUÇÕES DO ESCRITO E AS ESTRATÉGIAS DE CIRCULAÇÃO DE MEMÓRIAS NATURALISTAS DE LUSO-BRASILEIROS NO SÉCULO XVIII.

RESUMO

Neste artigo nos deteremos sobre alguns aspectos da composição de memórias de viagens filosóficas. Para tal, selecionamos um grupo de naturalistas luso-brasileiros que se formou naturalista na Universidade de Coimbra após as Reformas Pombalinas: João da Silva Feijó, Manuel Arruda da Câmara, Alexandre Rodrigues Ferreira, Vieira Couto, Francisco José de Lacerda Almeida. Esses viajantes utilizaram em suas publicações alguns padrões narrativos e que, em certa medida, colaboraram em sua circulação e o texto que eles escreveram será pensado como um produto científico e parte dos muitos dos instrumentos da “República das Ciências”. Assim, algumas questões inerentes sobre a escrita desse grupo são fundamentais, como as instruções científicas, a valorização no corpo textual do naturalista sobre outros errantes, a preocupação com redação e o uso, quando necessário, de recursos literários como o da citação de outros letrados e de livros. Há também que considerar o emprego de elementos próprios da literatura de viagem, como a intertextualidade e releitura.

Palavras-chave: memórias de viagem, ciência e escrita

THINKING, FEELING AND PRODUCING: THE CONSTRUCTIONS OF THE WRITING AND THE STRATEGIES OF CIRCULATION OF NATURALISTIC MEMORIES OF LUSO-BRAZILIANS IN THE 18TH CENTURY.

ABSTRACT

In this article, we will focus on some aspects of the composition of philosophical travel memories. In order to do so, we selected a group of Portuguese-Brazilian naturalists who graduated as naturalists at the University of Coimbra after the Reforms carried out by the Marquis of Pombal: João da Silva Feijó, Manuel Arruda da Câmara, Alexandre Rodrigues Ferreira, Vieira Couto, Francisco José de Lacerda Almeida. These travelers have used in their publications some narrative patterns and to some extent have collaborated in their circulation and their texts will be considered scientific products and part of many of the instruments of the “Republic of Science”. Thus, some inherent questions about the writing of this group are fundamental, as the scientific instructions, the text valorization of the naturalist on other travelers, the concern with writing and the use, when necessary, of literary resources like that some quotations taken from other writers and books. It is also necessary to consider the use of elements of the travel literature, such as intertextuality and re-reading.

Keywords: travel memories, science and writing

PENSAR, SENTIR Y PRODUCIR: LAS CONSTRUCCIONES DE LA ESCRITURA Y LAS ESTRATEGIAS DE CIRCULACIÓN DE MEMORIAS NATURALISTAS DE LUSO-BRASILEÑOS EN EL SIGLO XVIII.

RESUMEN

En este artículo nos detendremos sobre algunos aspectos de la composición de memorias de viajes filosóficos. Para ello, seleccionamos un grupo de naturalistas luso-brasileños que se formó naturalista en la Universidad de Coimbra tras las Reformas Pombalinas: João da Silva Feijó, Manuel Arruda da Câmara, Alexandre Rodrigues Ferreira, Vieira Couto, Francisco José de Lacerda Almeida. Estos viajeros utilizaron en sus publicaciones algunos patrones narrativos y que, en cierta medida, colaboraron en su circulación y el texto que ellos escribieron será pensado como un producto científico y parte de los muchos instrumentos de la “República de las Ciencias”. Así, algunas cuestiones inherentes sobre la escritura de ese grupo son fundamentales, como las instrucciones científicas, la valorización en el cuerpo textual del naturalista sobre otros viajeros, la preocupación por la redacción y el uso, cuando necesario, de recursos literarios como el de la citación de otros letrados y libros. También hay que considerar el empleo de elementos propios de la literatura de viaje, como la intertextualidad y reelección.

Palabras claves: recuerdos de viaje, ciencia y escritura

PENSER, SENTIR ET PRODUIRE: LES CONSTRUCTIONS DE L'ÉCRITURE ET LES STRATÉGIES DE CIRCULATION DES MÉMOIRES NATURALISTES DES LUSO-BRÉSILIENS DANS LE XVIIIÈME SIÈCLE .

RÉSUMÉ

Dans cet article, nous allons nous concentrer sur certains aspects de la composition des souvenirs de voyage philosophiques. À cette fin, nous avons sélectionné un groupe de naturalistes luso-brésiliens qui a obtenu son diplôme à l'Université de Coimbra après les Réformes de Pombal: João da Silva Feijó, Manuel Arruda da Câmara, Alexandre Rodrigues Ferreira Vieira Couto, José Francisco de Lacerda Almeida. Ces voyageurs ont utilisé dans leurs publications certains modèles narratifs et, dans une certaine mesure, ont collaboré à leur mouvement et les textes qu'ils ont écrit seront considérés comme un produit scientifique et une partie de la plupart des instruments de la « République de la Science ». Ainsi, certaines questions inhérentes au sujet de la rédaction de ce groupe sont fondamentales, telles que l'enseignement scientifique, la reprise dans le corps textuel naturaliste sur d'autres errances, le souci de la formulation et l'utilisation, des dispositifs littéraires tels que la citation d'autres chercheurs et des livres. Il est également nécessaire de considérer l'utilisation d'éléments de la littérature de voyage, tels que l'intertextualité et la lecture.

Mots-clés: Souvenirs de voyage. Science. Écriture

Em 1799, na cidade de Lisboa, foi publicada pela oficina da Casa Literária do Argo do Cego a *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc.,* do naturalista luso-brasileiro Manuel Arruda da Câmara (1752-1810). O livro era um estudo detalhado do cultivo de algodão na Capitania de Pernambuco e seguia os princípios da Ciência Moderna, como o de observação e da experimentação. O que se intitulava Memória naturalista no século XVIII era tanto um estudo realizado em espaços científicos dedicados à botânica: Gabinetes, Museus e Jardins; como o resultado de uma investigação de campo: a observação de plantação de algodão, ou mesmo o produto de uma viagem filosófica. Todas elas, apesar de singulares, seguiam padrões de uma escrita científica que nos setecentos tinha, também, objetivos utilitaristas diretamente associados aos Impérios modernos.

No caso da *Memória sobre a cultura dos algodoeiros* percebe-se que o autor usou de recursos técnicos na redação e exposição de sua investigação. Inclusive, com o de figuras do algodoeiro e desenhos detalhados de máquinas de tecelagem. Essa publicação não tinha o objetivo abarcar o grande público, mas houve a preocupação no modelo de escrita, clareza e até de certa “mão literária”. Para tal, Câmara valorizou o conhecimento sobre o tema, mencionou os espaços tradicionais de saber que ele havia frequentado, apresentou o método utilizado nas observações e valorizou o estudo que então publicava “que meus patrícios tivessem alguma cousa, que lhes fosse própria, e não mendigassem de livros estranhos, que são raros, as noções que necessitam.” (CÂMARA, 1799, p.12).

A redação do que foi estudado também era parte do trabalho do naturalista e após suas investigações de campo deveria escrever para leitores especializados e curiosos. Esse cuidado para com o leitor foi relevante na circulação dos escritos luso-brasileiros, e de outros naturalistas setecentistas. Este artigo vai tratar sobre tal elemento. Isso não descarta a importância do processo editorial e das estratégias de comercialização desses livros. Deve-se considerar que os estudos desenvolvidos por esses luso-brasileiros ultrapassavam os ambientes científicos, como Universidades e Aca-

démias, e seus textos eram vendidos nas principais livrarias de Lisboa, Coimbra e Porto. No caso da Tipografia do Arco do Cego, os livros eram comercializados na própria livraria que ficava no bairro do Rocio e muitos foram enviados para o Brasil (CAMPOS, CURTO e TUDELA, 1999). Ainda tem-se as publicações da Real Academia de Lisboa que eram divulgadas pelo catálogo de vendas (Catálogo de Publicações da Real Academia de Lisboa, 1814) e também disponíveis nas livrarias.

Entretanto, neste artigo vamos nos deter sobre alguns aspectos de composição desses escritos naturalistas, ou científicos, e que de alguma forma colaboraram na circulação desses impressos. Tais elementos serão pensados como um padrão de discurso científico utilizado por um grupo de naturalistas luso-brasileiro, e se estende para a “República das Ciências”, na publicação de suas investigações. Refletiremos sobre questões inerentes a esse grupo, como as instruções científicas, a valorização no texto do naturalista viajante sobre outros errantes, a preocupação com redação e o uso, quando necessário, de recursos como o da citação de outros letrados e de livros. Há também que considerar o emprego ou a negação de elementos próprios da literatura de viagem presentes em narrativas anteriores.

Os textos produzidos por diferentes deslocamentos, bem como seus autores e suas particularidades, mantiveram-se, de alguma forma, por meio de uma tradição típica do gênero: a da intertextualidade e da releitura. Essa ideia é a mais aceita pelos que se debruçam na análise dessa literatura, como Juan Pimentel (2003), Jorge Cañizares-Esguerra (2011), Leonardo Romero Tomar (2005), Otto Ette (2008) e Friedrich Wolfzettel (2005). Partimos, assim, da ideia que esse gênero se nutre “tanto de la experiencia real del viajero como de la escritura de relatos anteriores” (TOBAR, 2005, p. 13). Não há um viajante puro que “solo informe acerca de lo que ha visto y no tome en consideración otras informaciones”, todo relato de viagem é “visto se une con lo oído y lo leído, lo no-sabido con lo pre-sabido” (PIMENTEL, 2003, p. 31). Dessa forma, deve-se apreender que a história das viagens não está desvinculada da história da sua escrita, e como prática histórica, a viagem sempre recebeu (e recebe) outros significados. Com base nessa

premissa, Pimentel afirma que é preciso entender que os produtos literários sobre o viajar seguem as mesmas características da sua história, como a relação entre o senso comum e a imaginação, entre o repertório de representações existentes e o que se mostrava de novo (PIMENTEL, 2003). Ainda nesse sentido, é preciso ter em mente duas questões importantes sobre esse gênero e que alcançam as memórias científicas de viagem. A primeira se refere ao produto da viagem, ou seja, sua escrita, que não é apenas o resultado do que foi visto, mas é também a soma do conhecimento oral e escrito sobre o destino a ser alcançado. A segunda é a compreensão de que, além das informações sobre o lugar da viagem, repassadas e acumuladas por gerações de viajantes, há as estruturas textuais típicas dessa escrita que, do mesmo modo, são constantemente reelaboradas.

Mas e no caso das memórias científicas de viagens, elas podem ser pensadas dentro dessa tradição de escrita? Antes de qualquer coisa, precisamos responder a seguinte questão: quem era o naturalista viajante? Esse sujeito foi uma das figuras que se construiu durante o chamado Iluminismo e pode-se pensar que era a pessoa que sabia e aplicava a História Natural. O já citado Câmara foi um dos integrantes de uma elite luso-brasileira que se estudou ou se formou naturalista na Universidade de Coimbra após as reformas pombalinas (ARAÚJO, 2003. MAXWELL, 1996). No caso desses brasileiros, eles colaboraram para o crescimento e aprimoramento das ciências portuguesas e, do mesmo modo, pelos interesses econômicos do Império português (FALCON, 1982; FONSECA, 2011; CRUZ, 2004; PEREIRA, 2009; KURY, 2004). A formação universitária e o trabalho que desempenharam a seguir foi uma estratégia usada pela Coroa portuguesa para promover um processo de inovação educacional e científica em terras lusitanas e em suas extensões imperiais (DOMINGUES, 2001). Nesse plano imperial, o naturalista era uma figura significativa, que deveria fundar um novo olhar sobre o mundo, contribuindo “com seus conhecimentos para desvendar as potencialidades econômicas dos produtos da natureza na metrópole e nas colônias.” (CRUZ e PEREIRA, 2006, p. 358). Além de Câmara, destacaram-se como naturalistas contratados do Reino: Alexandre Rodrigues Ferreira

(1756-1815), Joaquim Veloso de Miranda (1742-1815), Baltasar da Silva Lisboa (1761-1841), Manoel Ferreira da Câmara Betjencourt e Sá (1758-1835), Francisco José de Lacerda e Almeida (1750-1789), João da Silva Feijó (1760-1824), José Vieira Couto (1752-?) e outros.

As formas de se realizar esse trabalho de reconhecimento do mundo natural aconteciam nos Gabinetes e Museus de História Natural, Jardins Botânicos e no deslocamento para o local que era o objeto de estudo. No caso dos luso-brasileiros algumas das investigações também foram realizadas em suas propriedades no Brasil. Entretanto, o mais usual era que após os estudos formais em Universidades se realizasse a viagem filosófica, vista como contribuição para o conhecimento, desenvolvimento dos reinos e progresso dos povos. Sobre os luso-brasileiros esses foram enviados para África, Ásia e América. Das colônias portuguesas que foram inventariadas, o Brasil ocupou um lugar significativo e entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX estiveram nos trópicos vinte e cinco indivíduos formados naturalistas em Coimbra. Essas pessoas executaram e testaram muitos dos conhecimentos adquiridos nos bancos universitários, comunicaram a Metrópole de descobertas economicamente lucrativas e até mesmo colaboraram na identificação de uma nova espécie vegetal ou animal. Alguns deles realizaram as viagens e regressaram a Lisboa para continuar as pesquisas, como foi o caso de Alexandre Rodrigues, outros como Câmara, fizeram suas pesquisas nas pequenas excursões ou redor de suas propriedades e testaram seus conhecimentos científicos nas próprias terras.

É importante, porém, pontuar que a viagem, curta ou longa distância, não era somente a ocasião do trânsito. Quando falamos desses deslocamentos naturalistas, precisamos enfatizar os dois momentos de viagem: a ação do viajar e a escrita sobre ela, realizada posteriormente. Os relatos luso-brasileiros dessas experiências tinham, às vezes, um formato de diário, relatório ou memória científica. O grupo usou de recursos próprios da literatura de viagem – narrar e fixar tipos e quadros locais - e de linguagens específicas do campo científico, como as nomenclaturas e as descrições detalhadas das espécies de fauna e flora.

Durante a viagem, os naturalistas seguiam as instruções científicas elaboradas para orientar suas principais ações. Devemos entender que esses programas, além de sistematizar o viajante e a viagem, influenciavam diretamente a escrita, já que parte do que esse viajante colocaria futuramente no papel era consultado em seu diário de viagem. Esses textos de instrução podiam ser gerais e adaptados a diferentes expedições ou feitos para uma única viagem. Todavia, eles seguiam modelos e apresentavam lugares-comuns. Existiam regras referentes à observação, como a dos habitantes e seus aspectos físicos, costumes e índoles. As instruções também orientavam o olhar sobre os “vegetais (árvores, plantas, frutas), dos minerais (metais, pedras comuns e preciosas, localização, tipos de solo), das tradições locais (peculiaridades), dos mares (cor, cheiro, salinidade, profundidade, ilhas, portos, marés, etc.) e das minas.”(ABDALLA, 2012, p.13)

As instruções científicas trouxeram ao chamado “olhar do viajante” outras representações dos lugares visitados, quando orientavam o que “ver” e o que “anotar”. A cientificação sobre o ambiente é clara nesse observar: há que se descrever os mares, mas com o cuidado de indicar sua profundidade e salinidade. Sem, no entanto, descuidar da escrita. Pode-se pensar, dessa forma, que a escrita científica de viagem ganhava uma característica um tanto híbrida. Trouxe outras preocupações, entre as quais a de manter o público de leitores dos textos de viagens e os leitores especializados, entendidos como possuidores de um pré-conhecimento nas áreas da ciência moderna. Nesse diálogo mais específico, recorriam a inúmeras citações dos livros consultados, os nomes científicos e as comparações entre as classificações de Georges Buffon (1707-1788) e Carl Linné (1707-1778). Para esses e também para os leitores curiosos, havia dicas de viagem e conselhos mais gerais, sobre o que levar, lugares a evitar (em especial, as florestas à noite), as estradas possíveis de se percorrer e locais a conhecer.

Pode-se, entretanto, pensar em um estilo da escrita científica no século XVIII? Se havia a necessidade de negar e criticar os elementos fantasiosos dos antigos relatos, existia a preocupação de uma escrita que agra-

dasse quem fosse ler sobre a experiência da viagem? A resposta para essas perguntas é afirmativa. Wolf Lapenies esclarece como era usual que “um homem da ciência natural se concebesse como escritor: como alguém para quem não importa somente *o que* diz, mas também como diz, como alguém que não somente quer instruir seu público, mas divertir instruindo”. (LAPENIES,1996, p.13) Usa como exemplo Buffon, que fez de sua obra *Histoire Naturelle* um sucesso de vendas. O livro esgotava-se em poucas semanas, e em meados do século XVIII, tinha mais de 250 edições populares na França.

É preciso dizer que o sucesso de Buffon se deve, também, pelo caráter de obra técnica, como a de Linné. Todavia, apesar de ser um livro “obrigatório” aos naturalistas, a importância de *como* se escrevia era parte da prática do Conde de Buffon. Na ocasião de sua posse na Academia Francesa, em 1753, pronunciou o discurso intitulado *Discours sur le Style*, que foi “considerado uma das melhores falas jamais apresentadas na Académie”.(LAPENIES,1996,p.12-14) No *Discours* Buffon clamava à República das Letras que, além da arte de falar, o que muitos já faziam bem, praticassem a arte de escrever, que podia ser adquirida seguindo um plano de escrita. Lembrando que somente as obras bem escritas passariam à posteridade, apresentou algumas etapas que poderiam ajudar quem falasse bem a bem escrever igualmente. A mais importante delas era o domínio sobre o tema, que se dava pela organização e a meditação sobre o que já se investigou: “quanto mais substância e força se lhes der pela meditação, tanto mais fácil será, depois, realizá-los pela expressão.” Essa dedicação já conduziria à pena a severidade do estilo, e era o que bastava para “torná-lo preciso e simples, igual e claro, vivo e contínuo.” Entretanto, se a essa etapa se unisse o gosto e a delicadeza das expressões, a desconfiança e o “desprezo por tudo o que é apenas brilhante”, o estilo teria nobreza e até majestade. Para o Conde de Buffon, seus pares e leitores, escrever bem era, “ao mesmo tempo, bem pensar, bem sentir e bem reproduzir; é ter, ao mesmo tempo, o espírito, alma e gosto. O estilo supõe a reunião e o exercício de todas as faculdades intelectuais”(Discurso sobre estilo de Buffon,2011).

Os argumentos de Buffon podem ser usados na leitura dos textos setecentistas dos luso-brasileiros. Em primeiro lugar, percebemos na escrita desses naturalistas formados em Coimbra as regras presentes nas instruções de viagem. Nada mais comum, já que tais documentos eram parte dos seus treinamentos para as expedições. Sobre isso, tem-se a *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve observar*, escrita por Domingos Vandelli em 1779. O trabalho que o paduano realizou com esse grupo é reconhecido e muito estudado pela historiografia portuguesa e brasileira. (O Gabinete de curiosidades de Domingos Vandelli, 2008) Pesquisadores destacam a importância de Vandelli nos rumos da ciência natural portuguesa e, em especial, sua relação com o grupo luso-brasileiro. Vandelli manteve uma rede epistolar com nomes importantes das ciências naturais. Apenas como ilustração, no acervo do Museu Bocage, encontram-se as cartas trocadas com Linné e Banks. Vandelli publicou suas experiências de trânsito científico e suas investigações pela Academia Real das Ciências de Lisboa. Todas essas informações corroboraram o seu reconhecimento ainda, em vida, como estudioso de temas da fauna e da flora brasileira. No texto, que serviu de orientação às viagens naturalistas do final do XVIII, financiadas pelo Império português, o italiano deixou claro que tais expedições deveriam, também, atender ao projeto político de ciência utilitarista da natureza, além de participar da ideia de comunidade universal. Por isso, Vandelli frisa em muitos momentos a importância da busca de recursos naturais lucrativos e o papel do naturalista nesse processo. Na instrução, são apresentados os materiais que facilitarão o trabalho do naturalista, o que se deve observar e o que descrever no diário de viagem.

O diário era um dos objetos mais importantes da viagem filosófica, pois era esse livro que o viajante consultaria no momento de compor a sua própria narrativa. Na ocasião de sua descrição, Vandelli também orientou o naturalista sobre como usá-lo. Essa descrição é um resumo do que será detalhado a seguir, nas sessões *Do Conhecimento físico, e moral dos Povos, Do que deve observar o Naturalista, principalmente nos lugares beira mar, Do Ar, Da Mineralogia, Dos Rios, Fontes Mineraes*

e Lagoas, Do Reino das Plantas, Do Reino Animal, Dos Insectos e Preparação dos Animaes.

O Diário pois não he outra coisa mais, que hum livro de papel, ou outra qualquer materia, dividido em annos, mezes, dias, e horas, no qual se hirão notando os objectos, que se encontram ao passo do seu descobrimento com respeito ao anno, mez, dia, e lugar em que se achão, para que depois nas horas do descanso, se possaõ mais perfeitamente descrever. Ora os objectos, ou são daquelles que se podem recolher, como todas as plantas com as suas flores, as minas despegadas do Lugar de seu nascimento, e os animaes que se podem remeter; os quaes todos devem ser recolhidos para se descreverem conforme o systema da Natureza: ou são daquelles que não podem ser transportados, como são as habitações, montes, rios, fontes, arvores grandes, animaes ferozes e ainda algumas plantas com as suas flores, de que haja receio que se não possaõ conservar perfeitas; e então estes todos devem ser debuxados, e se he possível illuminados com toda a exactidão (VANDELLI, 1779, p. 288).

Vandelli destacou a importância da apreciação, do estudo e da dedicação aos objetos a serem conhecidos, reconhecidos e, em alguns casos, recolhidos durante a expedição. Ora, essa característica, também um método, era a mesma valorizada por Buffon no que dizia respeito à escrita. Dito de outra forma, o próprio método científico adotado por esses sujeitos auxiliaria no processo da escrita da viagem filosófica. O estilo e a simplicidade que a “boa escrita” deveria ter não excluíam elementos da ação científica, que além dos mencionados por Vandelli e Buffon, estavam nos debates entre diferentes letrados e nas citações de obras sobre os temas abordados.

Nos textos dos luso-brasileiros, identificam-se objetos dos quais falou Vandelli, mesmo quando a viagem era um estudo específico, como a *Memória economica sobre a raça do gado lanigero da capitania do*

Ceará, (FERREIRA e SANTOS, 2012, p. 920-941) publicada em 1811, na qual João da Silva Feijó seguiu todas as etapas indicadas na inscrição do italiano. Ele iniciou o texto com o histórico da atividade na Inglaterra e no Brasil, abordou a origem dos povos da região que visitou e o conhecimento físico do lugar analisado. Do mesmo modo, descreveu todo o estudo econômico que fez para que tal atividade fosse mais lucrativa para o Império português, como na Secção III, *Do tratamento economico dos rebanhos em geral, em particular das ovelhas*. Entretanto, teria ele o estilo que supõe a reunião e o exercício de todas as faculdades intelectuais, do qual falou Buffon? Na *Introdução*, o naturalista luso-brasileiro mostrou que também tinha essa preocupação. Ao construir sua história da lã desde os hebreus, conseguiu registrar para os seus leitores o conhecimento sobre o tema, numa narrativa elaborada, com informações sobre cultura, datas, personagens e episódios. Nessa memória, Feijó conseguiu realizar o trabalho que esperavam de um naturalista contratado pelo Império, não descuidando do estilo de sua escrita.

Alexandre Rodrigues Ferreira, que viajou pelo Brasil entre 1783 e 1792, também teve que lidar com essa questão. Sua viagem foi uma expedição oficial, e apesar de seguir as instruções de Vandelli, trouxe para o seu texto alguns eventos que se comunicavam com qualquer leitor e repetiam lugares tão comuns à América Portuguesa, como a natureza selvagem e misteriosa, mesmo que fosse para complementar o texto com outras informações:

Para qualquer destas províncias onde se lance a vista, o calor do sol, a umidade do clima e a fertilidade do terreno cooperam para uma abundância vegetal. A maior parte das terras estão reduzidas a matas impenetráveis coberta de arvoredos grossos e altos. O que se vê é um país selvagem e sombrio, uma terra bruta e abandonada a si mesma; toda uma superfície está coberta de infinitas plantas de todas as famílias. Era de se esperar que aqui, semelhante às matas do antigo continente, fossem estas também habitadas por grandes e ferozes animais como elefantes, rinocerontes, tigres e leões. Na verdade não é assim. Apesar

de todos estes vastos abrigos e mesmo da variedade de climas, o mamíferos da América Meridional são menos volumosos e robustos que os já citados do antigo hemisfério (FERREIRA, 1974, p. 71 Tomo II).

Ele não deixou de observar o gentio, seu artesanato, os hábitos alimentares, a organização das vilas; classificou mamíferos, insetos, estudou os métodos de conservação dos indígenas e outros tantos objetos. Em muitos momentos, Ferreira usou um tom de relatório para descrever sua viagem, com intenção científica e utilitarista. Isso é perceptível na descrição sobre as experiências feitas por outros letrados com uma cola de pele do peixe-boi:

Tal foi a da cola que tirou dela o citado Tenente-Coronel Theodósio Constantino de Chermont, o qual observou que guardada em frascos se conservava, derrancando-se logo que se deixava exposta ao ar. O mesmo Tenente-Coronel tentou curti-la e assim o pôs em execução no Marajó, mas não lhe correspondeu o bom êxito que esperava.

Fêz cobrir toda a pele de cinzas quentes, repetindo tantas vezes quantas ela mostrava pelas manchas que ainda continha gordura: passou a cobri-la de pó de tijolo, que também repetiu até não ficar mancha; aplicou-lhe finalmente a cal, com repetições que lhe pareceram, e depois de haver feito passar pelas três mencionadas preparações, infundiu-a na água de cal e sujeitou-a ao curtume. De todas estas experiências o resultado foi o seguinte: profundar alguma coisa a mais a superfície curtida da parte carnaz e menos da parte flor, conservando-se no interior por curtir como dantes e adquirindo uma cor hialina (FERREIRA, 1974, p. 65, Tomo II).

Em seus escritos, o naturalista também criou uma narrativa histórica sobre a América, em que expõe seus conhecimentos, inclusive listando vários estudiosos da história natural. Nesse momento, Ferreira repetia algo cada vez comum nesses relatos científicos de viagem: a citação de outros sujeitos, debates e comparações

entre eles. Mencionou vários nomes importantes para o período, como o próprio Buffon, igualmente citado por Feijó e Vandelli. Entre as várias passagens da *Viagem Filosófica*, separamos uma significativa:

Tabula Mauritti Astromicae

Também andam inseridas nas suas obras as tábuas metereológicas, que apareceram.

Do padre Capaci está escrito que, depois de discorrer por grande parte do reino onde fez várias observações geográficas, fora mandado ao Brasil em 1729. Coube-lhe o setor das observações astronômicas. As notas que fez a respeito, mandou à corte; e estas entraram em contato com as academias de França e da Inglaterra. Quando à geografia, Capaci levantou uma carta da capitania do Rio de Janeiro. Não chegou a terminar aquela que havia principado desde a referida capitania até a de Minas Gerais por lhe sobrevir a morte em S. Paulo em fevereiro de 1740.

Em 1749, De La Condamine desceu o rio Amazonas, e as observações que fez anotou em seu diário de viagem.

Muitas outras observações constam nos diários e escritos, publicadas por Lery, Gentile, Frosier, Dampierre, Courserac, Kerguelim, De La Rabbinais, De La Flote, Solander, Bougainville, Banks, Perusse e outros que examinaram os referidos portos e costas. Alguns deles escreveram peças concernentes à História Natural (FERREIRA, 1974, p.119, Tomo II).

Esse trecho exemplifica como o acesso às compilações de outros textos de viagem permitiu a leitura comparativa. O que fez Ferreira nesse parágrafo, senão apresentar ao seu leitor uma recopilação de dados?

Ferreira não foi inovador em sua escrita. Por todo século XVIII, na discussão sobre novos formatos de relatos de viagens por terras distantes, como as compilações, contribuiu a crítica de filósofos aos textos de viajantes dos séculos XV, XVI, XVII. Cañizares-Esguerra recorda que esses escritos adquiriram o caráter

de fraudulentos a partir de sua apreciação, e não de seu abandono. Valendo-se das técnicas dos filólogos renascentistas, os editores adquiriram e combinavam manuscritos originais, identificavam descrições contraditórias em todos os relatos impressos disponíveis, repartiam o crédito a testemunhas opostas e construíram uma síntese única e definitiva, uma reconstrução por um viajante dotado de muitos olhos, por assim dizer. “Ao dispor das observações de diversos autores à sua frente de uma só vez”, argumentava John Green, procurando justificar a nova estratégia editorial, “um colecionador pode ver melhor os erros e os defeitos delas e, assim, ajustá-las, corrigi-las e supri-las” (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2011, p.42).

Cañizares-Esguerra (2011) e Schwarcz (2008) chamam a atenção para algumas coleções elaboradas nesse formato e que se tornaram sucesso de público, como as de John Green, Prévost, La Porte e La Harpe. Tinham em comum o fato de reunir observações alheias sobre o viajar e transformar essas experiências recheadas de imaginação e curiosidade em descrições ditas “verdadeiras”. Não era por menos que a América e o Brasil tiveram destaque nessas narrativas, pois nesses novos territórios, alguns dos mitos antigos, como gigantes e amazonas, foram realimentados e questionados.

Os críticos concentraram-se em algo importante: a *persona* do viajante. Nesse sentido, homens como Louis Feuillée (1660-1732) e Rousseau salientaram as “limitações de percepção dos que tradicionalmente escreviam narrativas de viagem – missionários, comerciantes, soldados e navegantes” (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2011, p. 30-33). Destacaram que observadores mais esclarecidos e treinados deveriam assumir a missão dessa narrativa.

As críticas sobre as escritas de viagem multiplicavam-se. Os estudiosos usavam criteriosamente narrativas, em especial, as compilações que apresentavam aos leitores críticos um conjunto de fontes que permitia a análise e a comparação. Foi um momento dúbio, no qual era possível descartar as antigas crônicas sobre os gigantes ou aceitar a existência do El Dorado. Cornelius de Pauw foi o estudioso usado por Cañizares-Esguerra para ilustrar como as compilações das narrativas de via-

gens permitiram outra forma de leitura. Pauw escrevia sobre antigos americanos (sem conhecer pessoalmente o continente americano), gregos, chineses, e talvez isso tenha auxiliado no desenvolvimento de seu método de leitura baseado na crítica textual:

Considere-se, por exemplo, sua análise dos relatos dos gigantes da Patagônia. Em primeiro lugar, ele identificou todas as descrições em ordem cronológica, incluindo as que não haviam conseguido reconhecer quaisquer gigantes. Em seguida, ele descreveu as profissões e a profissão social das testemunhas (por exemplo, missionários, mercadores, pilotos, o viajante filósofo). Por fim, contrapôs os relatos uns aos outros para sublinhar suas contradições, em particular as relacionadas com a altura dos gigantes. Operando a partir da hipótese de que mercadores, navegantes e missionários eram testemunhas crédulas, De Pauw afirmava que nenhuma dessas descrições era confiável, pois nenhum gigante havia sido jamais capturado e mostrado (...). Dadas as contradições nas fontes e a ausência de qualquer evidência material, De Pauw não teve dúvida em descartar os relatos dos gigantes como ficção (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2011, p. 44-45).

De Pauw elegeu o naturalista como testemunha confiável. Além disso, as compilações foram um modelo de livros de viagens que colaborou com outras práticas de leitura. Ao agruparem relatos diferentes em um mesmo livro, os editores facilitaram a vida do leitor crítico, que tinha ao seu alcance um missionário do século XVII e um viajante filósofo do século XVIII. Nesse embate, os filósofos naturalistas deveriam questionar os sentidos, os credos e a formação dos homens que haviam realizado as expedições mais conhecidas. Deviam, metodologicamente, analisar as muitas “verdades” que pululavam nesses antigos relatos. O método científico, que deveria acompanhar o viajante, seria aplicado na leitura das fontes já existentes, e isso foi essencial para que o Novo mundo fosse descrito dentro dos parâmetros da ciência moderna.

Nenhum dos relatos luso-brasileiros que consultamos apresenta esse formato de textos diversos reunidos, com uma certa ideia de coleção de viagens. Apesar de todos tratarem sobre deslocamentos, seguem outros modelos. Alguns integraram projetos editoriais cuidadosos, que tentavam alcançar leitores, mesmo que específicos; outros foram claramente escritos para um público especializado. Deve-se considerar, do mesmo modo, que tais produções eram parte do trabalho desses naturalistas viajantes, que também eram funcionários reais; portanto, o conjunto é mais heterogêneo. Há os textos endereçados somente às autoridades, com formato de diários de viagem divididos por dias, meses e anos, e que nem sempre foram publicados. É o caso do *Diário de Viagem* de Francisco José de Lacerda (1944). Existem aqueles mais curtos, com tons de relatório ou explicações pautadas em elementos da história natural, como a *Memória sobre as salitreiras naturais*, de Veira Couto, publicada em 1809. Mas a maioria deles foi assinada e trazia informações sobre outras viagens e nomes renomadas da ciência naquele momento. Câmara, na *Memória sobre o Algodão*, citou inúmeras vezes Linné. Quando escreveu sobre clima e habitat da planta, fez questão de incluir na narrativa um debate sobre o tema, apoiado em outros letrados:

“O paiz próprio do algodoeiro he debaixo dos Tropicos, ou nas partes mais visinhas(...).

Inuteis serão sempre os projectos, de alguns Europeos, de naturalisarem esta planta no seu paiz: Rozier suppõem ser possível cultivar-se vantajosamente esta planta na Provença, e Languedoc; mas quanto se engana elle, e outros da mesma opinião! Lá só vi cultivar nos jardins o algodoeiro herbaceo, e apenas frutificava, vinha o Inverno, e o destruiu totalmente (...).

Os que pensão, que esta planta se póde naturalisar em Europa, bem se podião desenganar, se lêssem a Memoria de Mr. Quatremere, lida na Academia das Sciencias em Pariz (...) (CÂMARA, 1799 pp.16-17)

No extrato acima, Câmara não só demonstra sua erudição sobre quem havia estudado sobre o tema,

como coloca o seu olhar de viajante que conheceu as regiões europeias e, ainda, termina o enxuto debate com a menção a uma das instituições mais famosas do período a *Académie des Sciences*.

Como já se viu, a fala confiável sobre determinados temas nos setecentos era naturalista ou cientista. Por isso, a autoria também era essencial nesses escritos científicos. Sobre isso, Roger Chartier (2012) lembra-nos a ideia de autor-proprietário e de propriedade literária. Ele apresenta vários casos de processos judiciais na Inglaterra e na França sobre o problema da autoria de uma obra. Muitos desses processos de autores, demonstraram que havia uma grande preocupação desses sujeitos com a opinião pública, com a honra e a reputação. Do mesmo modo, Chartier aponta para a necessidade da autoria nos séculos XVII e XVIII, principalmente nos textos de enunciados científicos. Nesses escritos não cabia o anonimato:

(...)a validade de uma experiência, a credibilidade de uma proposição, a garantia de uma descoberta, a autenticação de uma narrativa de descoberta ou de experiência reclamam o emprego do nome próprio, não necessariamente o nome próprio do erudito, do técnico ou do profissional, mas o nome próprio daquele que tem autoridade o bastante para enunciar o que é verdadeiro em uma sociedade cuja hierarquia das ordens e do poder é ao mesmo tempo uma hierarquia das posições sociais e da credibilidade das palavras (CHARTIER, 2012, p.57)

No caso deste artigo, todos os textos consultados tinham autoria. No final do século XVIII a função autor (FOUCAULT, 1992) nos escritos naturalistas trazia condição de credibilidade. Essa preocupação, no caso da literatura de viagem científica, se estabelecia na relação entre a experiência do naturalista e a citação a outros viajantes. Deve-se considerar, igualmente, que na ocasião o livro e a leitura foram veículos de uma cultura científica que alcançou diferentes tipos de sujeitos. Nessas memórias identificamos processos de construção discursiva sobre a cultura cien-

tífica, mas seus leitores tiveram autonomia diante do que estavam lendo.

Além das citações e dos debates científicos que aparecem nesses estudos, há as estruturas típicas da literatura de viagem. Tal gênero discursivo tem uma estrutura mítica e iniciática. Nesse sentido, apesar de a memória de viagem ser um conjunto de experiências históricas coletivas e individuais (FRANCO, 2011), sua forma literária e determinados arquétipos do próprio ato de viajar são perpetuados. Quando um sujeito decide viajar, ele se torna mais uma variação desse arquétipo, que é o de deixar sua terra em direção ao mundo do outro (WOLFZETTEL, 2005). O homem também refaz esses elementos próprios da tradição do viajar quando escolhe escrever sobre essa repetição de deslocamento, mas sem abandonar determinadas estruturas e lugares do gênero.

Mencionaremos algumas dessas características que identificamos no nosso conjunto de fontes, como os quatro lugares mais comuns na estrutura deste gênero: a despedida, a culminação, a chegada e o retorno. O primeiro é o momento no qual o narrador se despede de si próprio, de seus familiares e de sua pátria. O segundo, é quando o viajante destaca algum momento importante da viagem, como uma travessia dificultosa, o encontro com os nativos ou a identificação de alguma espécie vegetal ou animal importante para ele. A chegada é um dos destaques desses relatos, pois é o momento no qual o destino se apresenta ao viajante. Por último, o retorno à pátria e aos seus (ETTE, 2008).

Esses lugares estão nas memórias filosóficas dos luso-brasileiros. Mesmo quando usavam da ideia de um diário de viagem dividido em dias, esses homens relatavam o itinerário, os obstáculos, a paisagem e as aventuras experimentadas pelo viajante. Na *Memória sobre as salitreiras naturais de Monte Rorigo*, escrita em 1803 e publicada em 1809, Vieira Couto lançou mão do recurso literário do retorno. “Por cima destas serras espaçoso-se chapadas largas e amenas: em meio destas planices está minha morada, onde debaixo de copudas arvores, fui dar folga ao espirito para desforra da aspera vida, que levei nas solidões de Monte Rorigo.” (COUTO, 1898)

Os lugares-comuns da literatura de viagem podem ser compreendidos por meio dos *topoi* – lugares argumentativos. Para entendermos o que é esse recurso literário, vamos propor um exercício de imaginação, ou de rememoração. Pensemos em alguns relatos de viagem do século XVIII, já colocados nesta pesquisa, e alguns famosos do século XIX como os do francês Auguste de Saint-Hilaire que esteve no Brasil entre os anos 1816 e 1822. Ao retomar esses escritos, identificamos muitas experiências semelhantes entre os diferentes sujeitos: a já mencionada chegada, a travessia do Atlântico, os perigos encontrados pelos viajantes, a saudade da pátria, a solidão etc. Essas paridades aparecem em relatos de viagem de períodos distintos e dizem respeito, sobretudo, aos lugares visitados e aos fenômenos descritos. Leonardo Tobar fez desse exercício seu tema de trabalho, e analisou duas coleções de cartas sobre um mesmo destino de viagem, constatando que as descrições parecidas estão longe de ser uma coincidência de roteiros. No artigo *La reescritura em los libros de viaje: las cartas de Rusia e Juan Valera* (2005), o estudioso realiza uma leitura paralela de duas viagens oitocentistas a São Petersburgo. A primeira foi realizada em 1839, pelo Marquês de Custine, e a segunda, em 1856-1857, por Juan Valera. Na análise, Tobar constata que os dois viajantes realizaram uma rota similar, descreveram e participaram dos mesmos meios sociais e visitaram lugares idênticos. No entanto, ele não encontrou uma possível leitura de Custine por Valera, e não acredita que esse fator impossibilite uma investigação comparativa entre os textos. É necessário lembrar que a literatura de viagem tem, em sua essência, a leitura e a reescrita de conjuntos de textos elaborados em momentos diversos. Mesmo quando considera as particularidades dos dois *viajeiros* – como os objetivos de cada viagem, o período em que foram realizadas, as posições político-ideológicas dos viajantes e o estilo de escrita – concluiu que Custine e Valera repetiram padrões nos seus comentários sobre os edifícios, os costumes, os usos sociais e as paisagens de São Petersburgo, como no caso dos “*jardines del Perterhoff con el jardín de Armida, que calificuen a Moscú como la Roma de Atila o que vean en el Kremlin una Acrópolis del Norte [...]*”. Entretanto, o que mais interessa é a “*visión que uno y outro manifiestan a propósito de los lugares visitados y las costumbres y*

práctica sociales observadas, aspectos ambos en los que tanto Custine como Valera ofrecen abundantes analogías” (TOBAR, 2005, p. 141-142). As analogias, as proximidades, as coincidências encontradas em muitos relatos de viagem também podem ser nomeadas como planos ou *topos*, que são, fundamentalmente, lugares comuns argumentativos e de uso universal de uma comunidade linguística (CHARRAUDEAU e MANGUENEAU, 2004)

Esses locais universais da escrita também são compreendidos como figuras de linguagem e têm grandes vantagens. Uma delas é a de facilitar a ligação entre o escritor e o leitor, já que no texto há referenciais conhecidos por quem lê. Dessa maneira, a relação entre o texto e a leitura torna-se mais intensa e, em alguns momentos, até mais íntima. Apesar da mudança do estatuto das viagens – de fantástica para a científica – e dos viajantes, esses escritos mantinham um público leitor acostumado às descrições exageradas, fantasiosas ou mentirosas. Assim, a tradição da escrita da viagem dos antigos viajantes não foi abandonada completamente. Ela recebeu outras roupagens, como a do estatuto de verdade legitimado pelos homens de ciência. Os encontros com seres mitológicos ou fantásticos podiam até não ser mais mencionados, mas o Jardim do Éden deu lugar a descrições de paisagens belíssimas, e as amazonas são lembradas por meio das lindas e solitárias mulheres encontradas durante a travessia. Essa condição também está presente na escrita científica, em dois momentos: para negá-los e/ou para reestruturá-los em novas representações que facilitassem a compreensão dos leitores. Assim, é muito comum a técnica de se “*hablar com o leitor*”, como aponta Pimentel. Para o autor, tanto os *topoi* quanto o falar com os leitores se incluem na capacidade que a imaginação tem de produzir evidências, inclusive científicas (PIMENTEL, 2003). Ainda são comuns os *topoi* como a saudade e a solidão da viagem, ou as “*dicas*” do preparo para a viagem. Já nos textos sobre o Brasil, *topoi* como os da população indígena dócil/ou guerreira e o da preguiça típica do natural da terra tornaram-se não coincidências ou experiências semelhantes, mas praticamente regras para seus viajantes autores, e verdades sobre os trópicos.

Nesses quesitos, Alexandre Rodrigues Ferreira e Francisco José de Lacerda Almeida. Entre 1783 e 1792, Ferreira retratou a ociosidade dos indígenas brasileiros e a rede, objeto sempre relacionado à preguiça, não deixou de ser descrita (FERREIRA, 1974). Em 1788 e 1790, Lacerda e Almeida já havia indicado, em *Diário de Viagem*, que na cidade de São Paulo somente era pobre o preguiçoso, porque a terra era abundante e fértil (ALMEIDA, 1944). A imagem do nativo pouco dado ao trabalho e desconhecedor dos progressos foi perpetuada nas memórias filosóficas do século XVIII e se perpetuará nos textos oitocentistas de viagem. Pode-se, ainda, perceber que o sistema comparativo desses viajantes no final do XVIII vincula-se, igualmente, a uma cultura de viagens. Em outras palavras, as concepções desses brasileiros formados em Coimbra e em contato com a cultura europeia seriam a soma de antigos e novos elementos, os quais acompanham uma longa tradição de viagens, reestruturada a partir das primeiras décadas do século XVIII. Esse novo deslocar-se no mundo – nomeado como viagem filosófica, ou viagem exploratória, viagem ilustrada, ou ainda, científica – alimentou padrões de compreensão do mundo. De tal forma, as novas ideias e práticas do viajar modificaram a maneira de apreensão do espaço no qual viviam, e que era a base para a edificação de suas representações, assim como aquele que estavam conhecendo e confrontando com o repertório preexistente. As concepções europeias, exemplificadas por alguns temas discutidos por esses viajantes, como no caso do ócio, foram ampliadas e reestruturadas no exercício de compreensão de próprio mundo e no do outro.

A perpetuação dos *topoi* também é compreendida pela chamada intertextualidade. Nessa perspectiva, toda escritura é uma colagem de outros textos, e a literatura “se escreve certamente numa relação com o mundo, mas também apresenta-se numa relação consigo mesma, com sua história, a história de suas produções, a longa caminhada de suas origens.” (SAMOYULT, 2008, p. 09). Roland Barthes é categórico ao afirmar que todo texto é um intertexto, e o gênero discursivo é carregado de coletivos, cujas autorias estão evidenciadas ou não (BARTHES, 1988). Além dele, Julia Kristeva, Michael Riffaterre, Antoine Compagnon e Gerard Genette se

debruçaram sobre esse tema da constituição do escrito. Em suas particularidades, todos entendem que o texto é uma junção de vários outros textos. Algumas dessas práticas intertextuais são identificáveis, como as citações diretas, outras são intertextos ambíguos, como as alusões e plágios que se misturam nas camadas novas de um texto. A “intertextualidade aparece a partir daí com o jogo complexo e recíproco de duas atividades complementares que constituem o espaço literário, a escritura e a leitura, pelas quais uma não deixa de se lembrar da outra.” (SAMOYULT, 2008, p.96).

A prática de produção da escrita que conta com suas múltiplas vozes é inegável no gênero literatura de viagem. Otomar Ette defende a tese de que o encanto dos relatos de viagem é pautado pelos movimentos de elementos literários conhecidos pelos leitores (ETTE, 2008). Na narrativa que se escreve após a viagem, mistura-se o que se viu com o que se leu. Essa ação dificulta a percepção do leitor em relação ao que pode ser a experiência direta do viajante ou os ecos de leituras de outros relatos. Tal empecilho se dá por dois motivos essenciais: primeiro, porque há uma tradição de escrita da viagem que foi tomada como guia por gerações de homens em trânsito; e segundo, porque da memória desse indivíduo não se podem apagar as “pegadas” que outros textos lidos deixaram antes da composição de seu próprio texto (ETTE, 2008). Por outro lado, essa reescrita – que é técnica, objetiva, sutil e, às vezes, aleatória – facilitou a aceitação das novas formas de se escrever sobre as viagens. Por mais que novos elementos se colocassem aos leitores, a multiplicidade dos textos dava a ideia de algo já citado e conhecido. Isso, sem dúvidas, colaborava na compreensão de novos temas e na aceitação deste gênero discursivo, inclusive as memórias científicas de viagem.

Ao cotejarmos os relatos dos luso-brasileiros percebemos que, de fato, as nossas investigações corroboram as pesquisas de outros historiadores que trabalharam com os discursos da literatura de viagem no âmbito da História. Para esses pesquisadores, os viajantes construíram particulares cenários de um mesmo país, mas o fato de participarem de uma mesma comunidade científica que se conhecia, se lia, se cor-

respondia e contemplou padrões de escrita. Sobre o escrito científico, viagem ou memória de um estudo, havia uma atenção à sua redação. No caso das viagens filosóficas, era comum a reescrita e apropriação de elementos, descrições e episódios sobre o lugar eleito, seus moradores e sobre quem já havia viajado e escrito sobre esses lugares. Isso também é chamado de intertextualidade e existiu tanto nas compilações quanto nos textos individuais, como nas memórias. Pode-se pensar essas estruturas das narrativas científicas como estratégias, conscientes ou não, de circulação do escrito no setecentos. Lembremos sempre que a venda de um livro sobre uma expedição filosófica dependia das aproximações que o autor mantinha com o sujeito leitor, especialista ou curioso, por isso havia o cuidado com as identificações, os lugares-comuns e o emprego laudatório de determinados termos. O tema da viagem, suas regras e lugares-comuns, que cativou leitores europeus no século XVII e XVIII e preocupação com o estilo da redação dessas investigações foram, também, elementos constitutivos básicos das memórias de luso-brasileiros abordados neste artigo.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. **O peregrino instruído**: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do iluminismo. Dissertação. Mestrado em História. UFPR, 2012.
- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS (LISBOA). **História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa**. 1 série Tomo III. Lisboa: Typografia da Academia, 1814.
- ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- ARAÚJO, Ana Cristina. **A cultura das Luzes em Portugal**: temas e problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- BARTHES, Roland. *S/Z*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- BUFFON, George-Louis de. **Discurso sobre o estilo**. (trad. Artur Morão). Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2011.
- CÂMARA, Manuel Arruda da. Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. Em que se propoem alguns planos novos, para o seu melhoramento, Lisboa: Officina da casa litteraria do arco do cego 1799.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes; CURTO, Diogo Ramada; TUDELA, Ana Paula. **A Casa Literária do Arco do Cego**: bicentenário,(1799-1801):” sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **Como escrever a história do novo mundo**: histórias, epistemologias e identidades no mundo atlântico do século XVIII. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CHARRAUDEAU, Patrick & MANGUENEAU, **Dominique**. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFSCAR, 2012.
- COUTO, José Vieira. **Memória sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo**: maneira de as auxiliar por meio das artificiaes; refinaria do nitrato de potássio, ou salitre: escrita no ano de 1803. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. Anno MDCCCIX.
- CRUZ, A. L. R. B. **Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas**: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba, 2004. Tese de Doutorado – UFPR.
- _____. e PEREIRA, M. A História de uma ausência: os colonos cientistas da América portuguesa na Historiografia brasileira. In: FRAGOSO, João et. al. (orgs.) **Nas Rotas do Império**. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006.
- CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes; CURTO, Diogo Ramada; TUDELA, Ana Paula. **A Casa Literária do Arco do Cego**: bicentenário,(1799-1801):” sem livros não há instrução”.Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.
- ETTE, Ottmar. Literatura em Movimento. **Espacio y dinamica de una escritura transgresora de fronteras em Europa y America**. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid, 2008.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitánias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Coleção Memórias. 1974.
- FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. (org.) **As reformas pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 1992.
- JUNQUEIRA, Mary Anne & FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo /Humanitas, 2011.
- KURY, Lorelay. ‘Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)’. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 11 (suplemento 1):109-29, 2004.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal, Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli. Dantes Editora, s./l. 2008.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello & CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. O viajante instruído: os manuais portugueses do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar productos naturais. In: DORÉ, Andréa & SANTOS, Antonio César de Almeida. **Temas Setecentistas**, Curitiba: UFPR/SCHLA, 2009.

_____ & SANTOS, Rosângela Maria. **João da Silva Feijó: um homem de ciência no antigo Regime Português**. Coleção Ciência e Império volume I. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

PIMENTEL Juan. **Testigos del Mundo**: Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SAMOYAUULT, Tiphaine. **A intertextualidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O sol do Brasil**: Nicolas- Antonie Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TOBAR, Leonardo Romero & ELDUAYEN, Patricia Almarcegui (orgs.) **Los libros de viaje**: realidad vivda y género literario. Universidad Internacional de Andalucía/Akal, 2005.

VANDELLI, Domingos. **Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar**. Academia das Ciências de Lisboa, Série Vermelha 405.

O AUTOR

Daniela Casoni Moscato é doutora em História (UFPR), mestre em História (UNESP-Assis), especialista em História Social (UEL), graduada em História (UEL). Atua como professora-formadora no Curso de Licenciatura em História – Modalidade a distância (UAB/UEPG) e professora de História na SEED. historiar7@gmail.com